

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA-
[PRONERA]
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES (AS) NA AGRICULTURA- [FETAGRI]
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA DO CAMPO

MARIA DE JESUS DA SILVA ROCHA

**A GESTÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO
ARAGUAIA - PARÁ**

Marabá - Pará
2011

MARIA DE JESUS DA SILVA ROCHA

**A GESTÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO
ARAGUAIA - PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
Universidade Federal do Pará, Campus
Universitário de Marabá como requisito final
para obtenção do título de Licenciada Plena
em Pedagogia do Campo.

Orientadora: Prof^a Vanja Elizabeth Sousa
Costa

Marabá - Pará
2011

MARIA DE JESUS DA SILVA ROCHA

**A GESTÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO
ARAGUAIA – PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Marabá como requisito final para obtenção do título de Licenciada Plena em Pedagogia do Campo.

Orientadora: Prof^a Vanja Elizabeth Sousa Costa

Defesa Pública em: 16/11/2011

Conceito: Bom

Banca Examinadora:

Prof. Esp. Claudionísio de Souza Araújo
(Examinador) – IFPA / Campus Rural de Marabá
Prof^o. M. Sc. Clóvis Barbosa
(Examinadora) – UFPA / Campus de Marabá

Marabá - Pará
2011

Dedico o presente trabalho a todos os companheiros dos movimentos sociais ligados aos trabalhadores rurais que contribuíram desde o início para que este curso acontecesse bem como para a minha formação profissional e pessoal, e em especial a FETAGRI.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus por todos os obstáculos vencidos e todas as conquistas realizadas, por ter me dado coragem nos momentos mais difíceis sem me deixar fraquejar.

A minha família por todo o apoio e compreensão durante o curso, e em especial a minha mãe Helena Pereira da Silva Rocha por ter sido à base de todo o meu processo de formação e ao mesmo tempo por ter me ensinado os verdadeiros princípios éticos da vida.

A meu companheiro Cristino Sobrinho Brito do Santos que sempre foi o meu maior apoio nos momentos mais difíceis do curso e de minha vida, pois acredito que sem ele não conseguira chegar até o fim.

Ao movimento do qual faço parte, a FETAGRI, que com sua luta conseguiu conquistar um espaço para que eu e os demais pudessem chegar onde chegamos.

A minha orientadora Vanja Elizabeth que com o seu profissionalismo e sua generosidade conseguiu não só me mediar à construção conhecimentos como compreendeu os desafios enfrentados na construção deste trabalho e final do curso

Ao STTR do município de São João do Araguaia, que me ofereceu todo apoio durante o curso na pessoa de José Roberto Dutra da Silva.

Ao professor e coordenador do curso Evandro da Costa Medeiros que foi um dos principais responsáveis por essa conquista ajudando neste processo de formação.

Aos companheiros Dan e Manoela que deram sua importante contribuição durante o curso entendendo que suas contribuições foram fundamentais para o crescimento de toda a turma.

A companheira Maura que deu sua paciente contribuição para todos os educando da turma.

As professoras das escolas do campo das quais pesquisei que contribuíram para a construção deste trabalho.

A coordenadora das escolas do campo Andréia Cristina Sousa Dias. Aos alunos da escola Júlia Paula do Nascimento que foram um dos principais colaboradores para a realização de meus trabalhos de campo em tempo comunidade.

Aos mestres da Universidade Federal do Pará, campus de Marabá, que passaram pelo curso ministrando suas disciplinas e contribuindo de forma significativa para o meu processo de construção de conhecimento.

Ao companheiro e companheira Rudá e Rubi pelo apoio que me dispensaram nesse processo final de formação.

A todos os colegas de turma que tiveram uma participação fundamental para meu processo de aprendizagem.

E em especial as companheiras Mirian, Ediléia e Ceiça que incondicionalmente se dispuseram a me ajudar nos momentos mais difíceis no final deste curso.

EPIGRAFE

Saber que ensinar não é construir conhecimento mais criar possibilidades para sua própria produção ou a sua construção (p.47).

Paulo Freire (1996)

LISTA DE SIGLAS

APAU – Associação do Projeto de Assentamento Ubá

ARC – Associação da Região da Consulto

IFPA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

EJA – Educação de Jovens e Adultos

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LDBN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MQCB – Movimentos das Quebradeiras de Coco Babaçu

P.A – Projeto de Assentamento

PARFOR- Plano Nacional De Formação de Professor da Educação Básica

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

SEMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo principal pesquisar e analisar as práticas de gestão das escolas de salas isoladas do campo do município de São João do Araguaia Sudeste paraense bem como analisar como as escolas do campo do referido município são administradas pela Secretaria Municipal de Educação (SEMEC). Para além da pesquisa bibliográfica o trabalho teve como amparo uma pesquisa realizada através de entrevistas com professores responsáveis de diferentes P.A. (Projetos de Assentamentos), sendo eles o P.A Ubá, P.A. Veneza, e P.A 21 de Abril, também foi entrevistada a coordenadora pedagógica responsável pelo acompanhamento frente às escolas do campo, da secretaria municipal de educação sendo estes os sujeitos principais da presente pesquisa por oferecerem elementos fundamentais para a construção do estudo. Através dessa pesquisa pudemos constatar as inúmeras problemáticas que cercam a gestão das escolas de salas isoladas do campo neste município, tais como: a responsabilidade que os professores responsáveis assumem para administrar suas escolas sem contarem com o apoio assíduo do poder público, bem como o apoio de um setor especializado da própria SEMEC, pois a pesquisa possibilitou compreender que a referida secretaria, pouco disponibiliza profissionais para prestar apoio com mais frequência aos professores que ficam “isolados” em suas escolas responsáveis por todo o seu funcionamento, o que se configuram em fazer administração cuidar da parte pedagógica, enfrentado grandes desafios no dia-a-dia para que a escola seja de fato um espaço democrático. Assim, a pesquisa pôde compreender que a secretaria de educação certamente não consegue gestar as escolas do campo do município sem deixar a desejar e atender as necessidades, pois a SEMEC admite que existem inúmeras falhas em sua gestão nas escolas de salas isoladas alegando que não tem como suprir as necessidades encontradas atribuindo isso ao fato de se tratar de um município com uma extensa área rural onde a distância se torna um dos maiores desafios, porém a SEMEC afirma que procura fazer o possível para que estas escolas não fiquem totalmente desatendida e o objetivo de realizar a gestão democrática nestas escolas um dia venha ser atingido. A pesquisa também constatou ainda que o município pesquisado possui o maior número de escolas localizadas no campo, e especialmente em projetos de assentamentos, desse modo as escolas do campo são as que deveriam ser priorizadas pelos planejamentos da SEMEC e da gestão municipal.

Palavras-Chave: Gestão Escolar, Professores Responsáveis, Escolas do Campo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I: GESTÃO ESCOLAR: DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO ESCOLAR DEMOCRÁTICO.....	17
1.1-A Comunidade construindo o espaço escolar.....	20
CAPITULO II: CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESPAÇO ONDE SE REALIZOU A PESQUISA.....	22
2.1 – A Merenda Escolar Ofertada nos Assentamentos.....	27
2.2- Situação Socioeconômica das Famílias que Habitam os Projetos de Assentamentos Pesquisados.....	28
2.3- Formas de Organização das Famílias nos PAs Pesquisados.....	30
CAPÍTULO III: A REALIDADE DO PROCESSO DE GESTAO EM ESCOLAS DO CAMPO DO MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA – PARÁ.....	31
3.1 - Aspectos que configuram o desempenho profissional dos professores responsáveis colaboradores da pesquisa.....	31
3.2- Implicações e desafios que os entrevistados apontam com relação à gestão.....	36
3.3- Planejamento Pedagógico: as relações escolares entre professores.....	39
3.4 - A realidade da gestão de escolas isoladas segundo a coordenação responsável pelas escolas do campo no município.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERENCIAS.....	48
ANEXOS.....	50

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de um estudo de caso relacionado à prática de gestão desenvolvida em escolas do campo em São João do Araguaia - Pará. A pesquisa teve como sujeitos pesquisados os profissionais que atuam na secretaria de educação fazendo o acompanhamento das escolas do campo e professores que para além da atuação na docência ainda desenvolvem atividades de gestão como professores responsáveis em escolas localizadas em três Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária sendo eles: P.A. Ubá, P.A. 21 de Abril e P.A. Consulta todos, localizados no município de São João Araguaia sudeste do Pará.

O estudo teve por objetivo geral pesquisar e analisar as práticas de gestão das escolas de salas isoladas do campo do município de São João do Araguaia Sudeste paraense. E ainda tivemos como objetivos específicos: conhecer a opinião dos professores responsáveis por essas escolas sobre os processos de gestão por eles desenvolvidos; conhecer como se desenvolve o acompanhamento da secretaria municipal de educação e cultura SEMEC aos professores responsáveis e ainda analisar como a realidade da extensa carga horária do professor responsável pode interferir no seu fazer pedagógico.

Assim, compreendemos que na maioria das escolas localizadas no campo do município de São João do Araguaia a gestão se faz por meio do professor responsável, situação essa pouca discutida no município. Diante de todos esses problemas buscar compreender quais as implicações que essa situação traz, e como a secretaria de educação desse município tem atuado e/ou acompanhado esses profissionais no que diz respeito à gestão dessas escolas.

Sobre o interesse na realização da pesquisa, vários fatores contribuíram, pois sabendo que este município é composto principalmente por área rural e que a gestão escolar realizada nessas localidades ainda se configura como um grande problema, onde os professores assumem muitas dessas funções sendo o professor responsável, que em sua maioria não recebem uma formação específica para o desenvolvimento dessas atividades por parte da Secretaria Municipal de Educação é que se faz necessário uma pesquisa que nos possibilite compreender como essa situação é tratada pela SEMEC do município.

Diante disso, ainda considerando que nas escolas localizadas nos Projetos de Assentamentos deste município a maioria são salas de aula isolada vinculadas a uma

escola pólo, caracterizada pela presença do professor responsável é que reafirmamos a necessidade desse estudo sobre a gestão realizada pela SEMEC deste município tendo como referência as escolas do campo.

Desse modo, ao discutirmos essas questões a pesquisa possibilitará uma reflexão sobre essa problemática tendo em vista a gestão das escolas e ainda pode contribuir para que a secretaria de educação do município possa melhor qualificar os profissionais trazendo novos elementos que norteiam o fazer cotidiano relacionado à gestão e o acompanhamento da SEMEC de forma contínua aos profissionais que atuam na gestão das escolas do campo.

Assim, por mais que a abrangência do município seja composta em grande maioria por área rural¹, não é dada uma devida atenção a esta realidade mesmo que a maior parte da população viva no campo. Desse modo o campo continua a ser tratado como espaço sem importância em que “as políticas voltadas para o campo compreendem-no a partir de uma visão de que o campo é um local de atraso (ARROYO, et. al, 2009, p.11)”, onde pessoas que atuam nesses espaços quase sempre tem uma formação que não atende a real necessidade. Diante disso, o que se observa é que pouco se tem investido os recursos públicos neste setor, tendo como referência o contingente de escolas que fazem parte desse município.

Sobre isso, também é do nosso conhecimento, que a maioria dos municípios do sudeste paraense possui uma extensa área rural, e os poderes públicos ainda não atendem as reais necessidades dessa população desconsiderando que o campo é um espaço de uma vasta riqueza natural e que o sujeito que lá vive necessita de uma vida digna, e para tanto as políticas públicas precisam ser voltadas para essa realidade.

Cabe ressaltar que os municípios do sudeste paraense que possuem uma grande população rural normalmente têm uma gestão escolar igual ou parecida, ou seja, as escolas são bem distantes e a maioria tem salas isoladas onde a gestão é administrada por professores que são denominados professores responsáveis, sendo estes responsabilizados por resolver inúmeros problemas sejam eles, pedagógicos e administrativos, neste último caso atuando como professor e gestor da escola.

Diante desses problemas, podemos afirmar que o professor que administra as escolas em áreas rurais é uma espécie “de faz tudo” tendo que resolver problemas como:

¹ De acordo com o IBGE- Censo Demográfico do ano de 2010 a população de São João do Araguaia corresponde o total de 13.149 habitantes, destes 10.566 residem no meio rural.

fazer serviço de secretaria, serviços gerais, a merenda, ainda enfrentam problemas como a distância entre a sede do município e a escola.

Diante das problemáticas já citadas tais profissionais ainda deparam com escolas mal estruturadas, ausência de material didático carência de merenda e principalmente a ausência de acompanhamento por parte da secretaria de educação, entre outros, o que acarreta um comprometimento do processo educativo das crianças do campo e ainda sem falar dos prejuízos relacionados à saúde do profissional pela extensa carga horária por ele desenvolvida na qual recebe pouco por todo seu trabalho.

As dimensões da problemática que envolvem a escola rural atualmente são bastante extensas, considerando que historicamente, a educação em si sempre foi negada ao povo brasileiro e, especificamente, ao homem do campo. Vinculada ao sistema produtivo, a escolaridade campesina também serviu de suporte para a estruturação de uma sociedade desigual e de preparo mínimo de mão-de-obra que atendesse prerrogativa político-econômicas (LEITE, 2002, p.53).

Todas essas problemáticas que são vivenciadas no contexto das escolas deste município, outro aspecto que motiva a realização do estudo é por se tratar da localidade na qual resido, sendo este mais um motivo para melhor compreender os tipos de gestão dessas escolas do campo, pois não se pode “fechar os olhos” diante do problema, mas procurar entender que “o processo educacional do campo se identifica pelos seus sujeitos e não por uma simples localização geográfica e que assim como na cidade deve ter as condições necessárias para que a educação ofertada seja de qualidade (ARROYO, 2001, p. 27)”.

Nesse contexto, é preciso que a gestão escolar do campo seja pensada considerando as situações que englobem tanto o processo pedagógico quanto o administrativo de forma que não se prenda apenas nas limitações burocráticas da escola, mas procurando sempre desenvolver um papel que respeite e valorize a formação do indivíduo como o principal objetivo e ainda considerando suas limitações e necessidades, pois através do seu espaço podem possibilitar inúmeras condições de aprendizado contribuindo de forma significativa para o processo de aprendizado dos estudantes do campo.

Para além dos elementos já citados, a decisão de pesquisar sobre as práticas de gestão que norteiam as escolas do campo do município de São João do Araguaia se reafirma a partir de uma experiência vivida de 2005 a 2007, na Escola Júlia Paula do Nascimento, localizada no Projeto de Assentamento P.A Ubá onde atuei como

professora responsável. Nesse período vivenciei a realidade de uma escola do campo em salas isoladas, caracterizada por todas as problemáticas que permeiam esse contexto como citamos anteriormente.

Como professora responsável é comum realizarmos inúmeras tarefas no cotidiano escolar. Na época eu tinha 100 horas em sala de aula e 100 horas de responsabilidade da escola cuidando da parte administrativa que se confira em: cuidar da papelada; participar das reuniões; cuidar de assuntos como os pais; resolver problemas burocráticos da escola na secretaria de educação, o que implicava ida até a cidade.

Cabe ressaltar que em meio aos inúmeros desafios a superar, como professor responsável não é oferecido nem um tipo de formação específica para atuarmos nessas condições administrativas, e ainda temos que encontrar tempo para planejar as atividades pedagógicas e desenvolvê-las.

Diante desse quadro, minha situação não era das piores, pois no decorrer dos três anos que tive a oportunidade de observar problemas mais graves; professores responsáveis que além de ser professor, diretor, secretário em escolas consideradas salas isoladas, estes ainda eram responsáveis por exercer o papel de serventes tendo que limpar a escola e fazer a merenda.

O trabalho ora apresentado se desenvolveu por meio de um estudo de caso a partir de uma abordagem qualitativa por caracterizar uma realidade bem específica, pois segundo André e Ludke “o interesse, portanto incide naquilo que ele tem de único, de particular, mesmo que posteriormente venha a ficar evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações” (1986, p.17). Assim se faz necessário enfatizar que a metodologia do estudo de caso possibilita ao pesquisador uma aproximação mais concreta e duradoura com o campo de pesquisa, bem como com os elementos a serem estudados.

Os critérios para a escolha do campo de pesquisa dos três P.As acima descritos neste trabalho, se deram em decorrência de serem uns dos mais históricos da região isto é, os que primeiros foram fundados neste município, e por este motivo são os assentamentos do município que já tiveram uma população bem maior que a atual, e por isso é que entre outros motivos suas escolas são consideradas como salas isoladas que necessitam de profissionais que exerçam a função de professores responsáveis/gestores por possuir um número bem pequeno de alunos, assim suas turmas são formadas turmas

de multisserie, e dessa forma as escolas de tais assentamentos contemplam a temática que a pesquisa pretendia estudar.

Para a realização da pesquisa tivemos ainda como procedimentos metodológicos a realização de entrevistas com as educadoras a partir de um questionário semi-estruturado, registros fotográficos relacionados às três escolas, estudos bibliográficos de autores que se referem à temática de gestão, e por fim a análise dos dados e informações coletadas a partir das entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa.

A escolha desses instrumentos de pesquisa se fez em decorrência de compreender que a pesquisa qualitativa nos possibilita ter uma compreensão sobre as concepções que os sujeitos fazem dos processos e até mesmo por esses momentos nos apontar possíveis possibilidades de intervenção na realidade em estudo.

Assim as entrevistas, se configuram como algo importante na coleta de dados, uma vez que o diálogo com os sujeitos pesquisados nos possibilitou o contato direto na coleta das informações e favoreceu a realização de um trabalho mais aprofundado. Para o desenvolvimento das entrevistas utilizamos como critérios de escolhas dos entrevistados a atuação como professor (a) responsável.

Os registros fotográficos sobre as escolas onde as professoras realizam seus trabalhos de gestão e de professoras em sala de aula, nos foram úteis por oferecerem subsídios para compreender o contexto da realidade em que tais escolas estão inseridas, bem como a realidade das próprias escolas no que refere à estrutura do prédio, o acesso, a disponibilidade de recursos materiais, etc.

Com relação às entrevistas se faz necessário enfatizar que estas foram transcritas tomando os devidos cuidados de modo que as falas fossem mantidas tal como foram gravadas durante o processo de entrevista para que não sofressem nenhum tipo de manipulação por parte da pesquisadora.

No que tange aos estudos bibliográficos, estes se deram sob a finalidade de proporcionar subsídios teóricos a partir da concepção de diferentes autores para melhor compreensão sobre a temática em estudo. Tendo em vista os conceitos dos autores numa forma de refletir mais profundamente sobre os pontos relevantes da pesquisa.

Em se tratando da análise dos dados da pesquisa esta ação se deu primeiramente na tarefa de organizá-los bem como organizar ainda todos os materiais da pesquisa. Desse modo é essencial enfatizar que tal atividade se deu em várias

estâncias do processo de investigação, contudo, tornou-se mais sistemática e mais formal após o encerramento da coleta de dados.

Na construção do trabalho tivemos como autores que embasaram nosso estudo as contribuições de Paro (2010), Shiroma (2004), Ferreira (2009), Libâneo (2004), pelas contribuições que diz respeito à temática de gestão, Hébette (2004) para falarmos do processo de contextualização do espaço de pesquisa, André e Ludke (1986) vêm contribuindo com suas reflexões sobre o entendimento da pesquisa e os métodos a serem utilizados, o estudo também se apoiou na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que de forma documentada infere a temática em estudo assegurando legalmente questões a cerca da educação inclusive a do campo, entre outros.

O trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro trataremos de aspectos gerais sobre as compreensões que se tem de processo de gestão e as possibilidades para a construção de um espaço escolar partindo dos pressupostos de uma gestão democrática.

No segundo faremos uma contextualização do espaço na qual se realizou a pesquisa trazendo alguns elementos que caracterizam os projetos de assentamentos pesquisados.

No terceiro apresentamos as análises reflexões sobre os dados coletados através das entrevistas durante a pesquisa.

Por último teremos as considerações finais onde faremos algumas reflexões sobre os aspectos relacionados ao processo de gestão do município de São João do Araguaia e ainda os resultados apontados pelo estudo.

CAPÍTULO I: GESTÃO ESCOLAR: DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO ESCOLAR DEMOCRÁTICO

Neste capítulo, trataremos de aspectos gerais sobre as compreensões que se tem com relação à temática de gestão e as possibilidades para a construção de um espaço escolar partindo dos pressupostos de uma gestão democrática, de acordo com as contribuições teóricas dos autores que tratam da referida temática, selecionados para fundamentar o estudo.

É bem verdade que as políticas educacionais no Brasil ao longo da história passaram por muitas mudanças, principalmente quando fazemos referência às questões relacionadas ao Plano Nacional de Educação que entrou em vigor na década de 1962, em plena consolidação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961- Lei nº 4.024, plano este que mais tarde vem sofrer novas alterações uma vez que este não era pautado em longo prazo.

Em 1988 a Constituição Federal reafirma a necessidade da elaboração de um Plano educacional que viesse contemplar um atendimento em longo prazo e ainda com novos elementos referendados na descentralização da educação nos sistemas de ensinos e de forma mais específica na escola.

Nesta Reforma, com a descentralização do ensino, as unidades escolares sofreram algumas alterações com relação ao processo de gestão. Pois os gestores passavam a ter autonomia para administrar a parte pedagógica e financeira, entretanto, no interior de alguns municípios principalmente naqueles que são pequenos pelo que se pode perceber essa medida não tem sido considerada tal como diz o contexto da lei, pois os gestores municipais não têm dado total autonomia aos gestores escolares para administrar os recursos que vêm para as escolas de maneira independente.

Neste contexto na década de 1990 o Plano Nacional de Educação já numa expectativa voltada para participação das pessoas na tomada de decisões, se insere uma visão da gestão como um processo democrático onde os sujeitos envolvidos pudessem interferir diretamente e indiretamente na tomada de decisões. Neste sentido, a escola, professores, quadro técnico e comunidade se tornariam os protagonistas da construção do cotidiano das instituições escolares.

No contexto da reforma pode-se observar que o governo federal designou a elaboração e ampliação de legislações visando à melhoria do ensino público dando

autonomia aos âmbitos estaduais e municipais para executar o poder sobre os recursos financeiros destinados ao setor da educação, mas a falta de fiscalização faz com que as ações sejam efetivadas a qualquer modo, e dessa maneira, a qualidade do ensino na maioria dos municípios acaba não sendo alcançada, uma vez que há gestores que certamente agem de má fé desconsiderando a importância da valorização e qualificação do ensino.

Ainda o processo de Reforma na educação principalmente no período de 1990 teve ainda a finalidade de garantir não apenas o acesso de alunos na escola, mas, sobretudo a permanência deste, o que foi um campo propício para a criação de muitos Programas que pudessem incentivar a frequência dos alunos na escola.

A prioridade do Estado nessa década foi assegurar o acesso e permanência na escola exemplificada pelos programas: “Acorda Brasil! Tá na hora da escola!, Aceleração da Aprendizagem, Guia do Livro Didático – 1ª a 4ª séries. A mais importante e eficaz, no entanto, para assegurar a permanência das crianças na escola é, na visão do MEC, A Bolsa-Escola, que concede um auxílio financeiro à família com crianças em idade escolar, cuja renda per capita seja inferior a um mínimo estipulado pelo programa. A bolsa está condicionada à matrícula e à frequência dos filhos, no ensino fundamental. O ministro anuncia que a ampliação de tal programa deve ser um dos principais desafios da política educacional do país para a próxima década (SHIROMA 2004, p.88).

Quando falamos de gestão escolar logo vem à mente organização e participação, e tratando de escola fica mais clara a exigência por uma boa administração. Mais sabemos que a gestão escolar é um problema para vários municípios e principalmente municípios que contam com a existência de um número significativo de escolas localizadas no campo, pois são nessas condições que parte delas é gerenciada pela figura do professor responsável.

O conceito de gestão na atualidade é algo que divide opiniões. Primeiro por se tratar de uma temática complexa das quais muitos dos gestores ainda sentem dificuldades, sobre os papéis desempenhados e principalmente com relação ao processo participativo que de certa forma mexe com as concepções dos gestores prevalecendo quase sempre uma visão centralizadora das ações desenvolvidas.

A organização e os processos de gestão, incluindo a direção, assumem diferentes significados conforme a concepção que se tenha dos objetivos da educação em relação à sociedade e a formação dos alunos. Por exemplo, numa concepção técnico – científica de escola, a direção é centralizada numa pessoa, as decisões vêm de cima para baixo, bastando cumprir um plano

previamente elaborado, sem participação dos professores, especialistas e usuários da escola (LIBÂNEO, 2004, p. 101).

Como o autor nos afirma as práticas de gestão se apóiam principalmente a partir das concepções que as pessoas que estão frente ao processo têm a respeito dos papéis desempenhados, mas também aos objetivos educacionais que se estabelecem. Diferente de desempenhar funções de gestor os profissionais que atuam nessas áreas têm que ter em vista principalmente os objetivos voltados às aprendizagens dos estudantes, pois para além do técnico, o pedagógico é um elemento fundamental para a compreensão do contexto escolar.

Neste sentido, temos como referência o professor responsável que atua nessa perspectiva e ao mesmo tempo em que desempenha as funções pedagógicas também realiza diferentes atividades no espaço escolar atuando também na gestão da escola.

Quando falamos de gestão o conceito que perpassa é que quase sempre são processos voltados para o desenvolvimento de ações que geralmente centraliza em um único profissional que administra um determinado setor, neste caso o diretor que atua em escolas de grande porte e de modo mais específicos do qual essa pesquisa trata poderíamos citar o professor responsável.

Ao citarmos essas relações tendo como referência as escolas que estão no campo em parte esses processos tendem a assumirem uma concepção que muitas vezes nos levam a questionar o fazer das gestões nesses espaços. Neste sentido, em algumas situações os professores/diretores que se julgam a autoridade máxima da escola onde a comunidade nem sempre é convidada a realização de uma construção coletiva dos processos realizados pela escola.

Algo que pode contribuir para isso muitas vezes pode ser a própria ausência de formação e/ou conhecimento de quem está à frente das direções das escolas, ou até mesmo a pressão por parte de quem indica esses profissionais a esses cargos que ditam o que se pretende, sendo esta uma problemática que infelizmente está inserida na realidade das escolas principalmente das que estão localizadas no campo.

Neste sentido há um vínculo político muito dominante e a forma de escolha dos gestores das escolas são feitas geralmente por apadrinhamento, dessa maneira esta situação ganha proporção, prejudicando assim, o processo escolar tanto o pedagógico quanto o administrativo, o que atrapalha o funcionamento da escola e em consequência o aprendizado dos educandos. Desse modo, para que se atinja um processo de gestão

democrático, uma das principais lacunas a serem superadas é a própria forma como esses profissionais assumem esses espaços.

1.1-A Comunidade construindo o espaço escolar

Um elemento da gestão democrática é a participação da comunidade nas decisões da escola, isto se torna algo fundamental nessa nova construção da escola como espaço coletivo, sendo esta uma característica que se diferencia das práticas centradas em uma única figura do gestor.

Nesse sentido, a instituição escolar por ser um espaço de sistematização do saber historicamente construída pela sociedade, ela deve ser construída pela ação dos sujeitos em questão de modo que estes façam parte das tomadas de decisões que compõem o conjunto de situações vivenciadas no espaço escolar como assegurada no artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB- 9394/96).

Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II – Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 2001, p.32).

Tendo em vista que as escolas do campo em sua maioria são geridas a partir da figura do professor responsável, nessa lógica da escola como espaço democrático, se configura como uma importante relação entre escola e comunidade o que pode contribuir na construção das demandas educacionais a partir das necessidades da comunidade escolar, pois ao discutir coletivamente, trás para o interior da escola seus anseios.

De fato, a escola não pode mais ser uma instituição isolada em si mesma, separada da realidade circundante, mas integrada numa comunidade que interage com a vida social mais ampla. Toda via, não tem havido consenso entre os pesquisadores e educadores sobre as formas concretas dessa participação, embora esteja claro para a maioria que os principais participem, de forma delegada, na associação de pais e mestre (onde existir), no conselho de escola e outros órgãos colegiados que venham existir (LIBÂNEO, 2004, p. 115).

Pensando dessa forma, tem-se a concepção que a escola que historicamente se fez a partir de moldes conservadores, cede lugar a um espaço de decisões coletivas, primando pela emancipação dos seus sujeitos, haja vista que esta é construída de forma participativa.

Nesse sentido, a figura do gestor tem um papel importante diferente de tomar decisões isoladamente, pois este tem por finalidade à articulação das proposições oriundas das comunidades, cabendo a ele buscar estratégias técnicas e pedagógicas para a realização de resultados positivos na gestão da instituição tendo em vista os elementos técnicos e pedagógicos que de forma alguma podem ser pensados separadamente, quando se referem à escola.

Um elemento que pode assegurar essa gestão democrática pode está também associada ao Projeto Político Pedagógico da escola sendo ele um importante instrumento que deve ser uma referência das ações educativas.

A gestão da educação acontece e se desenvolve em todos os âmbitos da escola, inclusive e fundamentalmente, na sala de aula, onde se objetiva o projeto político pedagógico não só como desenvolvimento do planejado, mas como fonte privilegiada de novos subsídios para novas tomadas de decisões para o estabelecimento de novas políticas (FERREIRA, 2009, p. 309).

O Projeto Político Pedagógico como elemento construído coletivamente com a participação da comunidade se configura como um ponto significativo na construção de uma escola democrática uma vez que ele assegura os princípios norteadores das práticas educativas e que por si só sua construção traz uma concepção da educação que se deseja vinculada as demandas dos sujeitos sociais em questão.

Sua construção é de fundamental importância, pois direciona as ações a serem trabalhadas sempre articuladas a partir de princípios e diretrizes construídas pelo coletivo nesse caso, a comunidade escolar, que propõe e direcionam os rumos que a escola deve seguir e que cabe aos demais profissionais que atuam na escola consolidarem de forma prática as proposições e decisões tomadas pela comunidade.

No capítulo seguinte, trata do espaço no qual se realizou esta pesquisa, para além de uma contextualização do processo histórico de ocupação e exploração da Amazônia, também apresenta variados elementos da realidade local que podem nortear a construção deste importante documento, que é proposta pedagógica da escola, pois como citamos anteriormente é o norte para o desenvolvimento do processo pedagógico escolar, bem como a construção do conhecimento junto aos alunos.

CAPÍTULO II: CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESPAÇO ONDE SE REALIZOU A PESQUISA

Neste capítulo será apresentada uma contextualização do espaço na qual se realizou a pesquisa trazendo alguns elementos que caracterizam os projetos de assentamentos pesquisados iniciando por um breve histórico do que se configurou a cerca do processo de ocupação e territorialização da Amazônia.

A formação dos assentamentos do Sudeste do Pará surge a partir da ocupação do território Amazônico por obter grandes riquezas naturais que se tornaram o foco para outras regiões do país fazendo com que o processo migratório se expandisse na região Amazônica. Neste período, vários homens na perspectiva de melhorar de vida deixaram suas famílias e vieram para a “capital do ouro e da castanha².”

Os primeiros a migrarem foram os garimpeiros que trouxeram em suas bagagens a esperança de dias melhores. Na época muitos conseguiram “bamburrar³” e voltar para casa com muito dinheiro, no entanto partes deles não tiveram a mesma sorte, pois além de terem encontrado pela frente vários obstáculos como a distância, fome, animais selvagens e peçonhentos, tiveram que conviver com um dos piores inimigos do homem na mata, que era a malária, que na época era uma das doenças mais perigosas. E que na verdade destruiu o sonho de várias famílias, pois muitos chegaram a morrer.

Em meio a tantos sofrimentos, surgiram grandes perspectivas, como a abertura da Transamazônica no ano 1970 que trouxe melhorias, pois o único acesso era realizado pelos rios Tocantins e Araguaia.

Além da abertura da Transamazônica surgiram outros grandes projetos que marcaram o regime autoritário nascido em 1964, foram destacados o Grande Carajás (com seus projetos agropecuários, suas represas hidrelétricas, suas minas, suas fábricas); O Programa Polonoeste (com a abertura de estradas, construção de hidrelétricas, e projetos de colonização) e a Calha Norte temas respectivos das partes que constituem o tema geral (HÉBETTE, 2004, p. 24).

Diante das inúmeras propostas de progresso, os homens que vieram em busca de melhorias não obtiveram muitas conquistas, pois, os grandes projetos requisitavam

² Denominação dada à região Amazônica na época da colonização.

³ Dito popular que era usado para os garimpeiros que conseguiam ganhar muito dinheiro através do ouro.

mais mão-de-obra qualificada. Dessa forma, muitos não conseguiam nada, tendo que vender sua força de trabalho por preços baixos enriquecendo o empregador.

Com isso, o trabalhador acabava sofrendo maiores injustiças e seus sonhos de melhorar de vida iam ficando mais distantes, pois como o preço de mão-de-obra baixo, ficava mais freqüente na região, eles chegavam até a trocar trabalho por comida. Alguns não agüentavam, e no interesse de voltar para casa, mais na maioria das vezes o dinheiro que iria receber não era suficiente para isto. Na realidade muitos nem voltavam para casa tentavam fugir e acabavam morrendo no meio da mata e suas famílias nem se quer viam seu corpo. Com relação à construção da rodovia da Transamazônica, de acordo com informações históricas apontam os seguintes fatos:

Construída no início da década de 1970, como parte do plano de integração nacional, a rodovia Transamazônica, ou BR-230, tem 5.000km de extensão, ligando o Norte a Amazônia, sendo objeto dos primeiros projetos de colonização federais na área.

Através do Decreto nº 1. 164 foram desapropriadas todas as terras em uma faixa de 100 km ao longo dessa nova estrada planejada e construída pelo governo federal. Muitas vilas e povoados surgindo nessa faixa se tornariam municípios tais como Brejo Grande do Araguaia, Medicilândia, Rurópolis e Uruará.

Na Transamazônica as diretrizes foram fixadas levando em conta o desenvolvimento da região, o aproveitamento das faixas de solos mais favoráveis para as colonizações e o estabelecimento de atividades agropecuárias (PEREIRA, 2004, p. 56).

Com isso, alguns homens que na época possuíam melhor capital econômico, se apropriavam de grandes extensões de terras fazendo desmatamentos e formando grandes criações de gado assim iam se gerando os latifúndios.

Na época da construção da Transamazônica, que corta a área municipal de São João do Araguaia em sua porção sudoeste, Marabá ainda era considerado como o principal centro econômico da região, sendo que a cidade de Itupiranga, Santana do Araguaia e o próprio São João do Araguaia, são tidas como núcleos que gavitavam em torno do antigo Burgo do Itacaíunas. São cidades com funções administrativas e um comércio de ação estritamente local (PEREIRA, 2004, p.56).

A partir daí os conflitos estavam começando, ficando claro que não eram somente homens humildes e descalços querendo conseguir alimentos para sustentar suas famílias, também grupos poderosos que cresciam em torno de mão - de - obra fácil se apropriando das riquezas naturais da região.

Como a região do Sudeste paraense tinha uma vasta riqueza natural, pessoas com maior poder aquisitivo começavam a olhar a região com olhos ambiciosos se apropriando de maneira ilegal de grandes áreas de terra, obtendo grandes lucros com devastação e mão-de-obra barata.

Os posseiros não se davam por vencidos e continuavam a resistir e lutar por seus direitos, gerando vários conflitos como os fazendeiros. Ao querer fazer justiça os posseiros começavam a se organizar na luta por um pedaço de terra. Várias pessoas que faziam parte dessas organizações eram trabalhadores dos fazendeiros que iam para espionar e avisar seus patrões, eram os chamados “pelegos”.

Alguns anos após, como consequência de muitas lutas organizadas através de sindicatos rurais foram surgindo os primeiros Projetos de Assentamentos (PA's) no município de São João do Araguaia, dentre eles falaremos do PA Ubá, PA Veneza e PA 21 de Abril dos quais a pesquisa vem tratar.

O PA Ubá⁴ conta com 102 famílias assentadas, fica a margem direita e esquerda da Rodovia Transamazônica, localizado a 37 km da cidade de Marabá-Pará e a 17 km de São João do Araguaia. No PA passa o rio Ubá que deu a origem ao nome do assentamento.

O processo de ocupação deste PA ocorreu no ano de 1986, porém a área só foi regularizada somente em 1997. No processo de luta dos trabalhadores houve muitos conflitos que consequentemente ocasionou muitas mortes, e segundo os moradores morreram aproximadamente 10 pessoas entre homens e mulheres.

Em se tratando, do Projeto de Assentamento Veneza a ocupação assim como no PA Ubá também se deu de forma conflituosa por mais que não houvesse mortes. A ocupação ocorreu em 1984 onde posseiros de várias localidades próximas se reuniram e decidiram ocupar a área.

A fazenda se chamava Consulta devido à existência de uma “gurita⁵” que se localizava na entrada onde os castanheiros que pretendiam trabalhar na colheita faziam suas consultas, isto é, se informavam sobre o trabalho. A área só foi reconhecida como projeto de assentamento no ano de 1986 e está localizado a 28 km da sede do município de São João do Araguaia.

⁴ O Projeto de Assentamento é denominado Ubá devido o Rio Ubá que percorre por todo o assentamento.

⁵ Pequeno barraco construído pelos acampados que funcionava como posto de vigilância em que os trabalhadores se organizavam de forma alternada durante as atividades.

Com relação ao Projeto de assentamento 21 de Abril, nome dado devido seu processo de ocupação ter se dado nesta data, a ocupação ocorreu no ano de 1985 com 22 famílias, no entanto foi regularizado somente entre 1998 e 1999. Em se tratando de sua localização o P.A fica a 22 km da sede do município de São João do Araguaia.

Hoje, os três assentamentos pesquisados contam com infra-estrutura em que estes dispõem de estradas, energia elétrica e casas construídas através do Projeto Habitação viabilizado pelo Instituto de Colonização na Reforma Agrária- INCRA, como resultados da luta dos trabalhadores. Ainda os PA's pesquisados contam com escolas construídas, no entanto funcionam de forma precária. Como nos demonstram as imagens registradas no período da pesquisa. Nas imagens "01", mostra a realidade da escola do PA Ubá onde a primeira apresenta a parte dos fundos e a segunda, mostra o interior da única sala de aula da escola, bem como alguns dos alunos frequentes do período letivo de 2008, na qual a professora desenvolve a atividade de socialização do objeto íntimo praticada nas oficinas do curso de pedagogia do campo.



Figuras 01: Escola do P.A Ubá.

Fonte: Maria de Jesus da Silva Rocha (junho de 2008).



Figuras 02: Interior da sala de aula.

Nas figuras 01 vem mostrando a parte lateral do exterior da escola, já na figura 02 vem apresentando um pouco das dependências da escola do P.A 21 de Abril, tais como, o interior da Sala de aula que no momento a professora com sua turma realizava uma atividade em circulo do objeto intima, onde cada criança se expressava em relação ao seu objeto.



Figura 03, 04 e 05: Escola do P.A 21 de Abril. Parte lateral, interior da sala de aula e cozinha da escola.

Fonte: Maria de Jesus da Silva Rocha (agosto de 2011).

As figuras 03, 04 e 05 apresentam a realidade da escola do PA Veneza a qual segundo o que pode ser constatada através de tais imagens é que se trata de uma escola com poucas dependências conta com uma única sala de aula e uma cozinha, onde não proporcionar aos alunos um mínimo de conforto e comodidade, como por exemplo, um espaço para recreação ou para leitura que não seja na própria sala de aula.



Figura 06: Escola do P.A Veneza. Parte da frente da escola.

Fonte: Maria de Jesus da Silva Rocha (julho de 2011).

Detalhando ainda as escolas dos PAs onde se desenvolveu a pesquisa, enfatizamos que no P.A Ubá possui um prédio escolar que comporta duas escolas onde na primeira denominada E.M.E.F Júlia Paula do Nascimento na qual funciona uma turma de multissérie e outra denominada Creche Chapeuzinho Vermelho que atende

uma turma de educação infantil, ambas no turno da manhã tendo uma faixa. Na localidade do assentamento Veneza a escola possui uma turma multissériada e uma de Educação de Jovens e Adultos - EJA que funciona no período da noite. No PA 21 de Abril funcionam três turmas nos seguimentos de EJA, Multissérie e Educação Infantil.

2.1- A Merenda Escolar ofertada nos assentamentos

Com relação à qualidade e quantidade da merenda escolar que chega às escolas, a pesquisa aponta que esta é fornecida de forma regular e em quantidade de acordo com a demanda. Porém em se tratando do valor nutricional um fato relevante é levantado pela professora da escola “B” quando ressalta: “[...] *aqui tão procurando atender essa questão da parcela dos 30% do campo, tão fazendo o possível pra distribui a merenda com esses alimentos que vem do agricultor né e a qualidade, cardápio que é baseado a nutricionista eu acredito que é regular*”.

Entretanto a professora da escola A, levanta fatos referentes à importância de estar variando o cardápio daquilo que tem sido entregue as escolas como uma questão fundamental, em se tratando de escolas isoladas que não possuem estrutura suficiente que garanta a conservação de alimentos muito perecíveis por um período prolongado.

“[...] às vezes quando tavam distribuindo verdura só vinha uma coisa só todo tempo... Muita verdura estraga verdura porque são alface, alguma coisa desse tipo que. Não muda o cardápio das coisas que vem entendeu, eu acredito que deveria mudar o cardápio de vez em quando [...]”
(PROFESSORA A).

Apesar de no município de São João do Araguaia existir uma faixa de duas ou três escolas grandes localizadas no campo em especial duas que se localizam em assentamentos e possuem uma estrutura razoável no que se refere aos equipamentos destinados à conservação de alimentos da merenda escolar, este ainda é um problema muito presente na maioria das escolas do campo no município.

Neste sentido ainda existem escolas menores que por ficarem bastante isoladas sofrem inclusive com a falta de energia elétrica. Entretanto, como uma solução de forma imediata, entendemos que tais problemas podem ser amenizados caso a SEMEC

viabilize uma distribuição com mais frequência e em curto prazo da merenda para estas escolas.

Tal pressuposto pode proporcionar uma mudança ainda maior na qualidade da merenda ofertada para os alunos do município, que favoravelmente ainda pode representar para a comunidade uma melhoria no que se refere à situação econômica, uma vez que a prefeitura tem destinado uma parcela de 30% da verba viabilizada para a merenda escolar do município em produtos oriundos da agricultura local, isto é em decorrência disso os agricultores terão mais um meio de ter seus produtos comercializados e assim adquirir algum recurso financeiro para auxiliar o seu sustento familiar.

2.2 - Situação Socioeconômica das Famílias que Habitam os Projetos de Assentamentos Pesquisados

De acordo com informações coletadas a situação socioeconômica do PAs⁶ decorre das seguintes práticas, 60% dos entrevistados responderam que tiram o sustento do lote, produzem e vendem alimentos como, criações e ainda vendem leite afirmam que tem como principal atividade a agricultura na produção de arroz, milho, feijão, mandioca, inhame fava, abóbora, maxixe, quiabo, melancia, etc. Os assentados desenvolvem atividades na produção de frutas como: acerola, açaí, cupu, caju, maracujá, coco da praia, cajá, manga, carambola, etc. As imagens abaixo produzidas no período da pesquisa mostram a plantação de milho, de mandioca, banana e laranja.



Figura 07: Algumas das formas de produção dos assentados.

Fonte: Maria de Jesus da Silva Rocha (março de 2009).

⁶ Dados de pesquisa realizada no tempo comunidade da turma de Pedagogia do Campo pela UFPA.

Diante disso, constatamos que a maioria das famílias dos referidos assentamentos, não possuem renda fixa, sua forma de trabalho é a agricultura familiar. Existem também criações de animais como: galinha, porco, pato, gado, peixe, etc., que os assentados produzem para o consumo de suas próprias famílias, pois somente alguns comercializam seus produtos e criações, que acontecem dentro do próprio P.A ou em cidades vizinhas.



Imagens 05: Criações de galinhas, gado e porcos.

Fonte: Maria de Jesus da Silva Rocha (julho de 2010).

Para além dos que produzem em seus lotes, uma minoria recebe ajuda do governo, relacionada ao Programa Bolsa Família e aposentadoria, e segundo os que têm Bolsa Família, este benefício é mesmo só uma ajuda, uma vez que ele não garante todo o sustento da família, porém é bem necessário.

Um fato relevante que em outros tempos fez parte da realidade dos assentados desta região é que diante dos desafios com relação à situação econômica, algumas famílias optaram por outros meios de garantir sua renda, que se deu a partir da venda de madeira encontrada em seus lotes provocando desmatamentos e comercializando junto às serrarias a preços bem baixos.

Contudo, a realidade de alguns PAs dessa região foi transformada também com relação à paisagem natural, pois ao ambiente de tais assentamentos foram provocadas grandes devastações devido à constante retirada de madeira para serrarias e ainda para a produção de carvão, em decorrência da necessidade que os assentados sentiam com relação à aquisição de recursos para auxiliar o sustento de suas famílias.

2.3- Formas de Organização das Famílias nos PAs Pesquisados

Nos já referidos PAs onde se desenvolveu a pesquisa as famílias se organizam através de associações ligadas ao Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadores Rurais de São João do Araguaia. Na primeira denominada Associação do Projeto de Assentamento Ubá-APAU, sua fundação se deu em 07 de dezembro de 1997 e conta com setenta e seis sócios. No segundo assentamento 21 de Abril possui 48 sócios, e ainda existe uma entidade denominada Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçú-MQCB, localizada no referido P.A. Por último, o P.A. Veneza tem 86 sócios organizados na Associação da região Consulta. A imagem abaixo, denominada imagem “06” apresenta sede da associação do PA Ubá, onde na ocasião os assentados estavam reunidos em uma festa comemorativa do aniversário do 10º ano de criação da associação, na qual primeiramente ocorreu uma assembléia entre os sócios para a escolha de novos representantes da diretoria executiva da associação.



Imagem 06: Sede da Associação dos assentados do P.A Ubá.

Fonte: Maria de Jesus da Silva Rocha (Dezembro 2007).

CAPÍTULO III: A REALIDADE DO PROCESSO DE GESTÃO EM ESCOLAS DO CAMPO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA

3.1 - Aspectos que configuram o desempenho profissional dos professores responsáveis colaboradores da pesquisa.

Neste capítulo apresentamos a análise dos dados coletados com os educadores que atuam como professores responsáveis em escolas do campo no município de São João do Araguaia, Sudeste do Pará na perspectiva de refletir e compreender os aspectos e características do desempenho do trabalho desenvolvido no exercício da função de gestão na realidade estudada.

Para possibilitar a compreensão da realidade estudada no que se refere à temática da pesquisa, se fez necessário realizar entrevistas com três professores, que desenvolvem seus trabalhos atuando como professores responsáveis em diferentes PAs. Como forma de preservar a identidade das pessoas entrevistadas seus nomes serão mantidos em sigilo e as respectivas escolas serão citadas como Escola A, Escola B, e Escola C.

Tais entrevistas se deram a partir de questões que se referem ao tempo de atuação na escola e função em questão; nº de alunos e funcionários; manutenção das referidas escolas, bem como a origem e prestação de contas dos recursos financeiros e materiais pedagógicos; problemas enfrentados pelo professor responsável no desempenho de sua função; Projeto Político Pedagógico; acompanhamento especializado e formação específica para os profissionais que atuam nesta função dentre outras.

Para além das referidas professoras responsáveis, ainda se fez necessário refletir a partir das informações prestadas pela coordenadora das escolas do campo, que atua na secretaria de educação do município, onde se localizam as escolas nas quais se desenvolvem a pesquisa.

Com relação à formação, dentre as três professoras responsáveis que nos prestaram informações, a primeira possui nível superior em Licenciatura Plena em História e encontra-se cursando graduação em Pedagogia numa instituição privada, a segunda possui nível médio Magistério e encontra-se cursando Graduação em educação

do Campo no IFPA, ambas no município de Marabá Pará, e a terceira possui Licenciatura Plena em Pedagogia.

A coordenadora responsável pelas escolas do campo que atua na SEMEC possui Licenciatura Plena em Pedagogia e encontra-se cursando Graduação em Educação do Campo, pelo Programa Plataforma Freire (cursos destinados a formação de professores em 1ª e 2ª licenciatura que se desenvolve em parceria com os municípios na UFPA, Campus II de Marabá.

Questionadas sobre a função que as referidas profissionais desempenham no cargo que ocupam, as professoras responsáveis pelas escolas ressaltam aquilo que geralmente pode-se considerar como uma realidade bem comum no que se referem às escolas que funcionam como salas isoladas, pois estes profissionais se sobrecarregam de muitos trabalhos uma vez que precisam desenvolver atividades pedagógicas em sala de aula, e ainda têm que assumir para si as questões burocráticas/administrativas junto aos pais, alunos, e a própria SEMEC.

Tal situação leva a refletir sobre a falta do Projeto Político Pedagógico, que nos foi apontada como uma situação comum entre as escolas das três profissionais pesquisadas, que por sua vez, também foi apontada pela coordenadora das escolas do campo no município. Todavia as referidas professoras enfatizam que esta é uma questão de necessidade e que começou a entrar em discussão neste ano de 2011 na secretaria de educação do município.

Vale enfatizar, que esta é uma realidade bem preocupante, pois se trata de uma ação que deve partir principalmente da escola na pessoa de seus professores, mas também de alunos, gestores, pessoal de apoio, pais e comunidade em geral como uma das formas de proporcionar a prática da tão almejada gestão democrática. E só assim os espaços da escola venham sofrer uma transformação. “No caso da administração escolar, a análise de suas relações com a transformação social deve passar, necessariamente pelo exame das condições de possibilidade da própria educação escolar elemento de transformação social” (PARO, 2010, p.119).

Para tanto, se faz ainda necessário enfatizar que para a prática de gestão escolar democrática, a princípio seja fundamental que a escolha de gestores se dê a partir de processos de escolha com a comunidade, e não a partir de nomeações baseadas em apadrinhamentos sendo esta uma situação que permeia a realidade de muitas escolas principalmente as que estão localizadas no campo.

Diante do exposto, pode-se perceber que na realidade tais gestores não têm, ou não procuram usar da autonomia nas tomadas de decisão, no que se refere ao próprio planejamento pedagógico da escola como forma de desenvolver um trabalho pensado necessariamente no desenvolvimento e formação intelectual de seus alunos, de modo que estes possam também participar da organização do trabalho e da construção da proposta pedagógica de sua escola.

O estudo nos permite ainda observar que o professor responsável na maioria das vezes tem ocupado seu tempo fundamentalmente com as questões administrativas das escolas, ou seja, fazendo com que a gestão não se ocupe com a parte pedagógica como forma de proporcionar um trabalho baseado numa gestão democrática participativa.

A gestão do sistema de ensino e das escolas é, essencialmente, administrar, em níveis diferentes, a elaboração e o acompanhamento do projeto de qualidade da educação que se deseja – a Proposta Educacional, fundamentada num paradigma de homem e sociedade (FERREIRA, 2009, p.158).

Nesse sentido, é importante enfatizar que a reflexão do autor acima, não se difere à realidade das escolas de forma geral, pois no que se refere à construção da proposta pedagógica, geralmente tais propostas se fundamentam nos valores socialmente aceitos de uma sociedade capitalista. Assim, ela não contempla as necessidades de aprendizagens e os valores dos sujeitos em seu contexto social, tais como: a cultura, situação socioeconômica, formas de trabalho, etc.

Em se tratando, do número de alunos atendidos pelas escolas nas quais as professoras trabalham, este varia de vinte e seis (26) a oitenta e três (83) alunos. Veja o gráfico a seguir que representa em percentuais estes dados, sobre as escolas que aqui estão representadas pelas letras A, B e C.

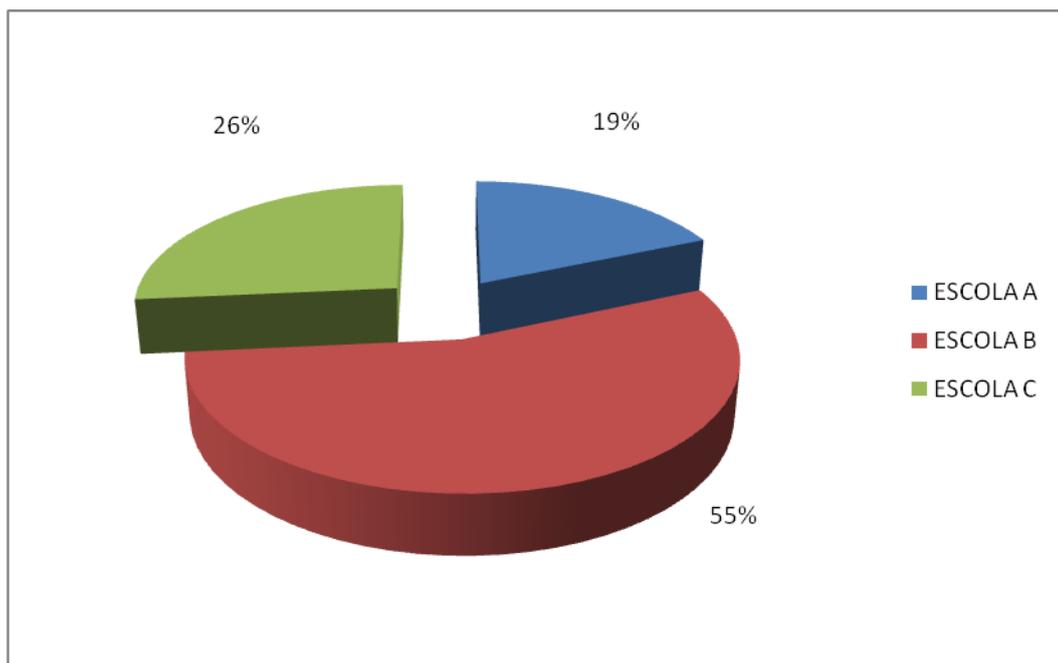


Gráfico 01: Percentual de alunos atendidos pelas escolas nas quais as professoras entrevistadas trabalham

Fonte: Arquivo das escolas pesquisadas

Com relação ao quadro de funcionários, na escola A, existe a professora responsável e a servente, enquanto que nas escolas B e C, existem três professoras e uma servente. De acordo com esta realidade baseando-se nos depoimentos que as professoras prestaram a partir da entrevista, podemos perceber que apenas a escola A funciona na condição de escola unidocente, porém todas aqui pesquisadas revelam alguns problemas pelos quais passam para desenvolver os trabalhos pedagógicos no que se refere à gestão e aos desafios que frequentemente, têm que enfrentar para superar as dificuldades no cotidiano pedagógico.

Tais desafios são visivelmente percebidos quando se trata de distância, falta de apoio pedagógico, ausência de material, transporte e etc. Cujos desafios serão trabalhados no tópico mais adiante.

Em se tratando da manutenção das escolas onde as profissionais pesquisadas desenvolvem seus trabalhos, de acordo com as informações por elas prestadas e pela coordenadora pedagógica das escolas do campo, esta se mantém com os recursos oriundo do Programa Dinheiro Direto na Escola- PDDE, que as escolas recebem através do Conselho Escolar, que por sua vez, é composto por servidores públicos de uma escola maior, também chamada de “escola Pólo”.

Com relação à prestação de contas destes recursos, percebe-se na fala de uma das professoras que esta ação não se desenvolve de forma transparente, pois baseado nas informações coletadas, a professora que também desenvolve a função de gestora, não tem conhecimento deste processo.

Assim, partindo desse pressuposto enfatizamos que neste caso, a comunidade que deve estar envolvida nas atividades e tomada de decisões dentro da escola, por sua vez não tem participação ativa nestas ações, e dessa forma também não é informada com relação aos recursos que mantém a escola como afirma à entrevistada.

“Que prestação? A prestação do dinheiro...? É feito com o pessoal da secretaria eu nunca participei de prestação de conta não [...] eu participo das compras, mas nunca participei da prestação de contas, pra ser sincera, eu nunca participei, não tem o conselho escolar e eu sou membro do Conselho Escolar, no último mandato eu era a tesoureira mesmo assim eu nunca participei da prestação de conta, a presidente faz da forma como as outras, sozinha, nem reúne o Conselho também não pra fazer a prestação de contas (PROFESSORA DA ESCOLA A)”.

Neste sentido, torna-se importante enfatizar, que estas questões levam a crer que a formação dos Conselhos nesta realidade, não ocorre a partir de um processo democrático, e sim de forma isolada. Desse modo, as decisões são tomadas apenas por um grupo menor que estar no “comando” e que por sua vez, procura manter o poder de decisão, centralizando em suas mãos.

Assim de forma contraditória, a fala da coordenadora pedagógica enfatiza uma maneira mais democrática de criação dos conselhos escolares nas comunidades, afirmando que são realizadas reuniões nas escolas com a participação da comunidade e através de processo eleitoral.

“ [...]é feito reunião na comunidade, é nomeado o presidente do conselho, tesoureiro, é feito toda uma organização com o consenso de todos, não é imposto o conselho no PA e nem nas comunidades, o conselho quando ele é eleito nas comunidades é pela autoridade da escola mesmo (COORDENADORA).”

Da mesma forma a referida coordenadora se refere á prestação de contas dos recursos que entram nas escolas através do conselho, reafirmando um processo democrático participativo, entretanto mais uma vez sua fala demonstra contradições em relação á fala das professoras quando afirma:

“Os conselheiros, o presidente, o tesoureiro, o secretário, eles são orientado a como fazer, e eles tem hoje no município, graças a Deus o município, ele ta passando por uma fase de deliberar autonomia mesmo, por que não era assim, era eleito, presidente, secretário, tesoureiro, entre aspas, mas hoje a gente já trabalha com uma política de autonomia verdadeira. Onde o presidente, o tesoureiro, o secretario, eles tem autonomia né, sobre orientação de fazer todo processo, desde a prestação de contas, a planilha, as compras e a entrega do material. (COORDENADORA) ”.

Tais contradições implicam em compreender que tipo de autonomia prevalece nas escolas e que concepções se têm sobre autonomia, pois em se tratando de autonomia administrativa escolar é fundamental que não se confundam descentralização de poder com desconcentração de tarefas. É importante que a gestão escolar tenha autonomia sobre o funcionamento das escolas e que esta autonomia seja compartilhada com os alunos pais e comunidades.

3.2- Implicações e desafios que os entrevistados apontam com relação à gestão

Ainda de acordo com as informações coletadas, no que se refere às concepções que se têm sobre a gestão em escolas do campo, principalmente nos referidos assentamentos, as professoras responsáveis que foram pesquisadas enfatizam que nestas escolas onde não existe um gestor para exercer esta função, consideram que na verdade não há gestão, pois quando o professor tem que se responsabilizar pelo bom desempenho de uma turma que inevitavelmente é uma turma multissériada, ele não tem tempo para se programar ou organizar e desenvolver o trabalho de gestor.

Neste caso, uma das atividades é prejudicada, pois, sabendo que muitas vezes o professor ao assumir uma carga horária extensa e o trabalho de gestão, conseqüentemente ele acaba deixando a desejar em ambas as funções, pois nem sempre desenvolve um trabalho verdadeiramente de qualidade em decorrência de ele ter que se dividir entre as duas funções. *“Neste sentido, a gestão escolar funciona na medida do possível na verdade acho que não existe uma gestão não, a escola funciona à medida que dar para funcionar né? (PROFESSORA A).*

Diante da fala da referida professora, tal situação ainda é atribuída á questão da não remuneração, uma vez que as professoras pesquisadas vêm justificar que o professor responsável recebe apenas pela jornada de trabalho em sala de aula, assim a

gestão acaba ficando para segundo plano, já que o professor não recebe pelo papel de gestor.

“O professor responsável ele não é assalariado pra isso, ele é o professor que trabalha e só recebe o salário dele, então ele não vai ter tempo disponível e não tem remuneração pra aquilo, ele faz na medida em que (sic) dar ele não vai se esforçar porque ele não tem salário pra aquilo (PROFESSOR DA ESCOLA A)”.

A professora da escola B em outro momento faz menção a esta questão, considerando este, como um dos maiores problemas enfrentados pelos professores responsáveis na gestão de salas isoladas.

“A maior dificuldade mesmo é que a gente não tem nenhuma... eu pelo menos trabalho e não tem nenhuma remuneração por essa responsabilidade da escola e aí o maior problema é que a gente tem que fazer todo o trabalho e além de fazer todo o trabalho de sala de aula tem que fazer todo o trabalho da secretaria, ir a São João, assinar documentação de alunos, então esse é um dos problemas (PROFESSORA DA ESCOLA B)”.

Em se tratando de demais dificuldades com relação à organização do trabalho pedagógico, estrutura das salas e da escola em geral e material didático, a professora da escola C, volta a se referir a questões de falta de apoio pedagógico e de acompanhamento por parte do pessoal da SEMEC, porém enfatiza que em decorrência de sua escola ser uma escola de pequeno porte, não sofre com a falta de material didático, dando a entender que o recurso que é destinado à sua escola através do PDDE, é o suficiente para a demanda.

“A falta de apoio pedagógico por parte da secretaria da coordenadora da secretaria de educação, quando é em escola pequena não tem dificuldade com material didático por que vem o dinheiro através do conselho, o dinheiro através do plano de desenvolvimento da escola do PDDE (PROFESSORA DA ESCOLA C)”.

Considerando as falas das professoras, pode-se perceber que na prática suas concepções de gestão se resumem as atividades meramente burocráticas da administração das escolas, ou seja, as atividades pedagógicas voltadas para melhoria da qualidade do ensino parece não fazer parte da gestão escolar, e sim apenas de professores, coordenadores pedagógicos, etc.

Entretanto atrelados a isso, outras questões se configuram como problemas, fazendo com que a função do professor responsável seja dificultada, os quais são: i) a falta de uma coordenação pedagógica que lhes forneçam apoio para proporcionar ao aluno um processo de ensino de qualidade; ii) a distância entre a escola e a SEMEC, o que contribui para a caracterização de tais escolas como “salas isoladas” pois o difícil acesso prejudica a comunicação e assistência entre as duas unidades.

Para além dos desafios já apontados, a professora da escola A, demonstra preocupação enfatizando a importância de estar procurando se qualificar através de mais um curso de nível superior, e desta vez um que seja voltado especificamente para área. Isto se justifica, no fato da referida professora ser licenciada em História, e está cursando Licenciatura em Pedagogia, pois ressalta que esta é uma maneira dela se capacitar melhor, uma vez que faz algum tempo que esteve estudando. É importante enfatizar que sua fala, expõe um fato relevante que pode ser considerado como uma preocupação, que é a carência de pedagogos atuando no município.

“Professor formado não tem na nossa região [...] ele não existe, agora eu que atuo na área eu procuro fazer algum curso, alguma coisa pra me capacitar né no caso como eu sou a única professora como agora eu to fazendo um curso de pedagogia pra mim me atualizar porque eu já estudei há muito tempo eu acredito que to... Não to capacitada NE. (PROFESSORA DA ESCOLA A)”.

Em se tratando, da gestão da SEMEC contemplar ou não as necessidades das escolas do campo a fala das professoras pesquisadas demonstram uma visível insatisfação principalmente no que se refere à falta de apoio pedagógico, de pessoal qualificado e a inviabilização de transporte que proporcionem uma aproximação entre SEMEC e a escola, de modo que os profissionais da secretaria se façam mais presente no cotidiano pedagógico das escolas.

“Não, com certeza ela não contempla, eu acredito que pra ela contemplar todas as necessidades é que tivesse uma equipe pedagógica e transporte pra ta pelo menos visitando as escolas de [...] no mínimo de mês em mês, ta na sala de aula vendo a necessidade de cada coisa [...], pois, é essa parte aí eu acho que não contempla. Deveria ter uma forma, um meio de ta mais junto da escola do campo através de algum membro pra poder trabalhar principalmente o professor responsável. Ele tem uma responsabilidade muito grande, tem questão de transferência de aluno que a gente tem que fazer, documentação tudo isso, não tem ninguém habilitado pra ensinar no campo, a pessoa pede uma transferência tem que pagar uma passagem cara pra ir a cidade mandar assinar uma transferência, além de não ter tempo pra fazer e também você não é remunerada pra isso. (PROFESSORA DA ESCOLA A)”.

“Contempla em alguns pontos né, mas principalmente nas questões pedagógicas fica a desejar porque a equipe que tem na secretaria não é suficiente pra fazer um trabalho suficiente, são poucas não dar pra fazer um bom trabalho. (PROFESSORA DA ESCOLA B)”.

“Não muito pela questão pedagógica (PROFESSORA DA ESCOLA C)”.

Apesar dos desafios elencados, tais profissionais afirmam que a mudança dessa realidade pode estar realmente atrelada a superação do isolamento das escolas com base em um acompanhamento mais freqüente e aproximado, bem como na criação de um departamento específico dentro da SEMEC para as escolas do campo, principalmente as que funcionam com turmas de multisséries. Tais perspectivas apresentam elementos que também podem se refletir a partir da construção do Projeto Político Pedagógico de forma coletiva de modo esta ação possa proporcionar um ponto inicial para o processo de gestão democrática.

3.3 - Planejamento pedagógico: as relações escolares entre professores.

De acordo com a realidade estudada o planejamento escolar é o que poderia representar as interações pedagógicas entre os profissionais que atuam nas escolas do campo e fundamentalmente oportunizar maior interação entre eles.

Percebemos através das falas das profissionais que contribuíram com a pesquisa, que há quem afirma que seu planejamento é realizado individualmente, como é caso da professora da escola A, quando ressalta que nesta ação, procura construir seus planejamentos baseando-se nas dificuldades e necessidades por ela presenciada nos momentos em sala de aula.

“Geralmente eu planejo sozinha porque como é multisseriado, a não ser quando tem datas comemorativas que a gente planeja com professores da creche, não tem muito acompanhamento em questão do planejamento mensal, diário da parte da secretaria, não tem muito apoio não. (PROFESSORA DA ESCOLA C)”.

“Eu faço o planejamento individual eu nunca me organizo com outros grupos de professores nem outras escola eu trabalho individual meu planejamento, na medida que eu vou vendo as necessidades da turma, dos alunos, eu vou listar os conteúdos que eu acredito que é necessário pra necessidade da turma em cima daquilo dali eu vou fazer meu planejamento diário das necessidade que eu vejo aqueles alunos que tem deficiência em tais disciplinas que tem que melhorar numa leitura, na escrita, como é o caso

da multisserie então eu planejo em cima daquilo ali, da realidade da sala (PROFESSORA DA ESCOLA A)”.

No entanto em sua fala a professora da escola A, não enfatiza sobre a importância de construir um planejamento contextualizado de modo que seus alunos possam refletir sobre o processo de ensino, tendo a pesquisa da realidade como princípio educativo no qual o aluno possa ter autonomia e oportunidade de refletir sobre o processo a partir de elementos de sua realidade, na família, na comunidade o que possibilita a transformação dos desafios “a capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar, mas, sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a” (FREIRE, 1996, p. 68).

Entretanto, a professora da escola B ressalta que bimestralmente participa do planejamento programado pelo pessoal da SEMEC que realiza a formação da escola Ativa, orientado pela coordenadora/orientadora das escolas de multisserie. Além disso, a professora afirma ainda que participa de outro planejamento realizado na escola pólo no qual é elaborado um planejamento anual a ser desenvolvido nas quatro escolas que existem no seu PA, isto é, um planejamento que se configura no plano de curso sobre qual os professores se norteiam para construir seus planejamentos diários.

“O planejamento a gente tem duas orientação porque tem a orientadora das escolas multisseriada que é da escola ativa isso é que vem da secretaria bimestralmente a gente se encontra né pra formação da Escola Ativa e agente também na escola pólo tem uma orientadora, uma coordenadora pedagógica que ela nos auxilia né? a gente de dois em dois meses a gente se reúne também pra fazer o planejamento pras quatro escolas e a gente faz um plano de ação no início do ano pra desenvolver as atividades, esse plano é planejado né as atividades que serão desenvolvidas durante o ano todo (PROFESSORA DA ESCOLA B)”.

Diante do exposto, é interessante enfatizar que a profissional a quem a professora se refere, trata-se da pessoa responsável pela coordenação das escolas multisseriadas, que também presta auxílio à educação infantil. Sobre esta última tarefa, a própria coordenadora afirma ser um trabalho que desenvolve de forma paralela em decorrência de outras atividades que ficam em sua responsabilidade por motivos da secretaria não dispor de um quadro de profissionais suficiente para atender a demanda do município.

“[...] é uma demanda da secretaria porque lá tem poucos técnicos, mesmo minha função vem sendo essa de coordenar a educação do campo, as classes

multissériadas né a educação infantil, mas têm diversos outros fatores que vai me puxando... Me puxando, aí o que é de fato pra você fazer deixa sempre a desejar (COORDENADORA)”.

Para além do planejamento escolar, os professores de salas isoladas podem proporcionar momentos de interações pedagógicas a partir das reuniões de pais e mestres, pois se trata de um princípio para a construção democrática da proposta pedagógica, bem como da cobertura de um leque para que haja uma gestão democrática participativa assim, é importante ressaltar que “a tomada de decisão esta calcada, sobretudo, na competência de quem planeja” (LUCK, 1991, p.28).

Diante disso, é necessário enfatizar que a participação dos pais não pode se resumir a reuniões para as quais eles são convidados apenas para serem informados sobre o comportamento de seus filhos ou outras cobranças desse tipo. Assim elas não devem ocorrer apenas ocasionalmente, como em datas comemorativas, início e final de semestre, onde se destina a apresentação de turmas e professores ou entregas de notas e boletins. “é importante evidenciar que a potencialidade da tomada de decisões se fundamenta em um processo de reflexão lógica, racional e analítico que permite a compreensão ao mesmo tempo aprofundada e globalizante, da realidade” (LUCKE, 1991, p. 28).

3.4 - A realidade da gestão de escolas isoladas segundo a coordenação responsável pelas escolas do campo no município.

De acordo com as informações disponibilizadas pela coordenadora das escolas do campo que atua na SEMEC, a maioria das escolas do município esta localizada no campo. E desse percentual, uma boa parte pertence às áreas de assentamento. Neste sentido, conforme as informações coletadas o número total de escolas do município é de 42 (Quarenta e duas) escolas, cujos dados podem ser observados no gráfico abaixo no que se refere à localização de tais escolas entre campo e cidade.

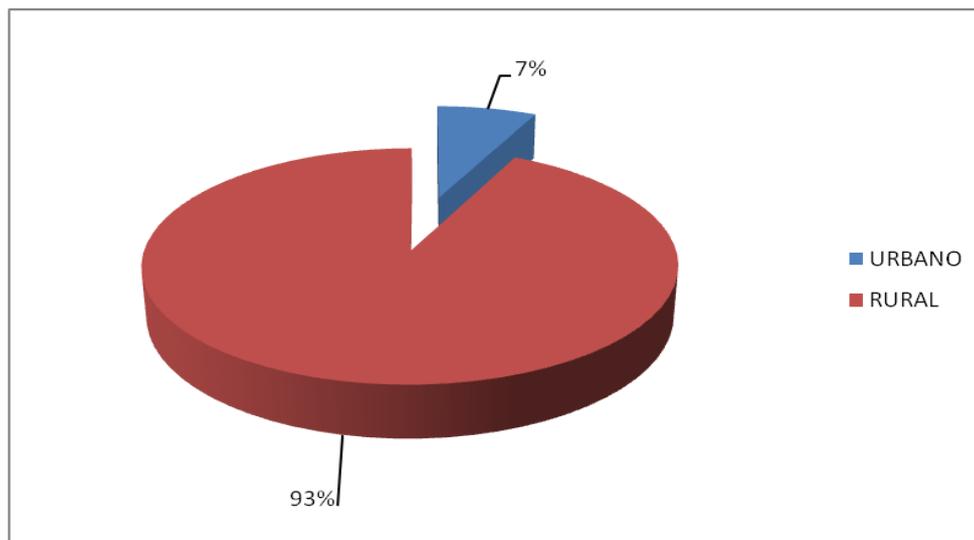


Gráfico 02: Percentual de escolas no município entre campo e cidade

Fonte: Coordenação das escolas do campo de São João do Araguaia

Diante da grande demanda de escolas localizadas no campo a coordenadora ressalta que seu trabalho tem sido voltado especificamente para as formações desenvolvidas através do programa “Escola Ativa” que ocorre a partir de módulos. Assim, na ocasião dos módulos é que ela aproveita para está “acompanhando” os professores. Segundo a coordenadora, nestas ocasiões, são realizadas orientações no que se referem aos desafios enfrentados pelos professores responsáveis no processo educativo e com a comunidade.

As figuras a seguir mostram os professores atuantes nas escolas do campo em atividades do programa Escola Ativa, no primeiro momento realização de trabalhos em grupo com confecção de cartazes sobre a região e as escolas de São João, no segundo momento socialização dos trabalhos em grupos, no ultimo momento encerramento do projeto com uma confraternização final.



Figuras 07: Os professores de multissérie na formação da Escola Ativa.

Fonte: Maria de Jesus da Silva Rocha (junho 2011).

Neste aspecto, tais orientações se configuram como meios de os professores compreenderem a importância deles se envolverem nas atividades realizadas pela comunidade. Diante disso, a coordenadora pedagógica ressalta que neste município há uma realidade que certamente pode ser considerada como um problema é o fato de alguns professores não permanecerem na comunidade em decorrência deles pertencerem a outros municípios ou localidades.

Tal situação segundo a coordenadora tem sido um desafio, pois as comunidades têm cobrado mais envolvimento por parte dos professores, com relação às atividades que estes realizam.

Questionada sobre a prática da formação, que qualifica os professores de salas de aulas isoladas, para que esses exerçam a função de gestor, a coordenadora afirma que na secretaria, se desenvolvem formações para gestores através de técnicos das quais os professores participam das escolas maiores e também os professores responsáveis, pois estes são considerados gestores, uma vez que ficam responsáveis pelo funcionamento de suas respectivas escolas.

Diante do exposto é possível observar que há certa contradição entre o que foi informado pelas professoras responsáveis da pesquisa, e o que foi exposto pela Coordenadora com relação a essa questão, pois as falas das primeiras demonstram uma necessidade de formação voltada para a qualificação de gestores direcionada aos professores de salas de aulas isoladas.

No que diz respeito às dificuldades que a SEMEC tem para prestar assistência às escolas do campo, assim como as professoras responsáveis que contribuiram para o estudo, a coordenadora pedagógica também atribui tais dificuldades à distância e isolamento entre escola e secretaria, e conseqüentemente a falta de um transporte específico para atender a demanda e atribui ainda a falta de comunicação com as escolas de forma geral cuja coordenadora segue citando a impossibilidade de se comunicar por telefone etc.

“A maior dificuldade em São João é a forma de se comunicar e na maioria das vezes, infelizmente ainda não funciona aquela questão de mandar recados, nem sempre o recado chega com perfeição... quando chega, então São João é um município que eu vejo assim que tem essa dificuldade, a comunicação da secretaria com as escolas, ela é pessoal, ou é por pessoa ou não tem como ligar, não tem como passar um email, não tem como passar um fax, então a comunicação da secretaria para com as escolas, essa é uma das maiores dificuldades que nós temos, as vezes chegamos até contratar a pessoa pra levar a correspondência, por que fica tudo na secretaria, não tem carro disponível [...]. (COORDENADORA)”

Ainda com relação à manutenção das escolas do campo, a coordenadora enfatiza que tais escolas são assistidas pelo Plano de Desenvolvimento Educação (PDE) e mantidas com recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), porém há escolas consideradas bem menores e localizadas em comunidades menos populosas, que por sua vez não possuem conselho escolar e portanto não recebem recursos do PDDE.

Assim tais escolas, são mantidas a partir de um auxílio via prefeitura. Segundo a coordenadora tal auxílio é fornecido a partir de uma parte em dinheiro mais ou menos numa quantia de (R\$ 500,00) quinhentos reais e outra parte em material didático e material de limpeza que são adquiridos pela prefeitura e Secretaria de Educação.

CONSIDERAÇÕES

Após o estudo realizado através de pesquisa com três professoras que atuam na gestão de salas de aula isoladas e a coordenadora pedagógica que faz acompanhamento dessas escolas o estudo demonstrou que: na realidade tais gestores não têm, e não procuram usar da autonomia nas tomadas de decisão, no que se refere ao próprio planejamento pedagógico da escola como forma de desenvolver um trabalho pensando necessariamente no desenvolvimento e formação intelectual de seus alunos, de modo que estes possam também participar da organização do trabalho e da construção da proposta pedagógica de sua escola.

Destacamos que por mais que seja uma realidade expressiva de professores que atuam na condição de professores responsáveis o município não disponibiliza de nenhuma formação específica a esses, que por sua vez são desafiados a fazer o trabalho pedagógico e as tarefas burocráticas da escola.

O estudo nos permitiu ainda observar que o professor responsável na maioria das vezes tem ocupado seu tempo fundamentalmente com as questões administrativas das escolas, ou seja, fazendo com que a gestão não se ocupe com a parte pedagógica como forma de proporcionar um trabalho baseado numa gestão democrática participativa.

Ainda diante das falas percebemos que apesar do Conselho escolar ser um dos principais instrumentos que possibilitaria o início de um processo de gestão democrática este infelizmente ainda funciona de forma obscura descaracterizando tal função.

Em se tratando da formação da SEMEC, contemplar ou não as necessidades das escolas do campo a fala das professoras pesquisadas demonstram uma visível insatisfação principalmente no que se refere ao acompanhamento que é praticamente ausente.

Neste sentido o estudo proporcionou compreender sobre como as escolas são conduzidas. Nesse contexto faz-se necessário enfatizar a forma como as escolas estão organizadas. Pois sabemos que a escola é um fundamental instrumento institucional para formar sujeitos. Então, o processo de gestão democrática é um dos elementos fundamentais que para proporcionar inúmeras possibilidades que garantam aos alunos

se tornarem sujeitos capazes de reconstruir suas ideias e conhecimentos desde que sua proposta leve em considerações as necessidades de aprendizagem.

Para tanto, a gestão escolar precisa se desligar das questões burocráticas, e considerar também a parte pedagógica, pois de acordo com a pesquisa essas duas instâncias, frequentemente não conseguem andar juntas, porém foi possível que em se tratando das escolas de assentamentos principalmente as de salas isoladas, esta situação vem sendo bastante difícil de ser transformada em decorrência dos aspectos que foram apontados pela pesquisa relacionados aos inúmeros desafios enfrentados pelos professores responsáveis.

Esses fatores nos fazem refletir que definitivamente a escola que temos não é a escola que queremos. E quando nos referimos ao campo percebemos a necessidade de estarmos valorizando o sujeito dentro de suas particularidades, e isso significa dá a eles possibilidades de construir seus próprios conhecimentos de acordo com a sua realidade.

Entretanto podemos acreditar que, o que pode está faltando de verdade é uma formação que englobe todo o processo educacional. Essa formação precisa ser continuada para professores de forma que estes possam se capacitar para atuarem também na gestão. Assim, é fundamental inserir de verdade todos os aspectos que envolva propostas escolares, enfatizando de forma séria o pedagógico e administrativo.

Dessa forma, apostar em formação de educadores neste município pode ser um grande salto, pois, se queremos uma gestão participativa, que valorize o sujeito, temos que no mínimo nos organizar para que isto ocorra. Então, é importante ressaltar que para tanto, se faz necessário que a escola caminhe esquecendo as práticas individuais partindo para a coletividade.

Vale ressaltar que o processo educativo se dá a partir do momento que criamos laços. Dessa forma, formar cidadãos críticos pensantes e participativos possa vir a se tornar uma realidade. Diante aos inúmeros desafios e possibilidades de transformar a escola que temos na que queremos não podemos nos esquecer das políticas públicas, uma vez que se faz necessário que o governo também se organize de forma que faça valer a democracia se desprendendo do sistema capitalista que acaba afetando a escola.

Diante da constatação da pesquisa de que em sua realidade este município possui o maior número de escolas localizadas no campo e especialmente em projetos de assentamentos consideramos que necessariamente a SEMEC deveria desenvolver projetos mais voltados para estas escolas dando-lhes mais atenção, pois tirando as escolas do campo, as demais se tratam de uma pequena minoria. Uma vez que se trata

apenas de três (03) escolas de um número total de quarenta e duas (42). Desse modo torna-se importante ressaltar que as escolas do campo são as que deveriam ser priorizadas pelos planejamentos da SEMEC e da gestão do municipal.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli E. A.; LUDKE, Menga. **Pesquisa em educação abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

ARROYO, Miguel Gonzalez. et al. **Por uma Educação do Campo**. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Gestão democrática da educação: Resignificando conceitos e possibilidades. FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S. **Gestão da educação: Impasses, perspectivas e compromissos**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Gestão democrática da educação: Resignificando conceitos e possibilidades. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; BORDGNON, Genuíno et al. GRACINDO, Regina Vinhaes. **Gestão da educação: o município e a escola**. 07 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários á prática educativa**. Paz e Terra, São Paulo, 1996.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia: Os grandes projetos. A questão ambiental: problemas e propostas**. Belém: EDUFPA, 2004. (Vol.4)

LEITE, Sérgio Celane. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais**. 2ªed. São Paulo, Cortez, 2002.

LIBANIO, José Carlos. **Organização e Gestão da escola: Teoria e prática**. 5ª Ed. Revista Ampliada- Goiânia: Alternativa, 2004.

LUCK, Heloisa. **Planejamento em orientação educacional**. Petrópolis: Vozes, 1991.

PARO, Vitor Henrique. **Administração Escolar: Introdução á crítica.** 16 ed.-São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, João Neves. **São João do Araguaia: Sua História, Sua Gente.** São João, 2004.

SHIROMA, Eneida Oto. **Política Educacional.** In. MORAIS, Maria Cecília Marcondes & EVANGELISTA, Olinda. 3ª Ed. DP&A – Rio de Janeiro 20004.

Anexos

Questionário dirigido a direção da escola (professor responsável)

- 1 - Há quanto tempo atua na direção da escola?
- 2 - Qual a data que a escola foi criada?
- 3 - Qual o número de aluno regulamente matriculado nessa escola?
- 4 - Qual o número de funcionários na escola?
- 5 - Quais os recursos financeiros para manutenção da escola?
- 6 - A manutenção e feita somente com os recursos público?
- 7 - A manutenção desta escola é feita somente com os recursos públicos?
- 8 - Como é feita a prestação de conta da escola?
- 9 - Existe projeto político pedagógico na escola?
- 10 - Os professores participam ativamente da elaboração do projeto político pedagógico?
- 11- Qual sua concepção sobre a gestão da escola do campo principalmente no seu assentamento?
- 12 - Em sua opinião quais os principais problemas que os professores responsáveis enfrentam para gestar as escolas de salas isoladas do PA, s
- 13-Na escola que você atua há um problema mais específico em relação: a organização do trabalho pedagógico, locação de professores, carência de professores graduados, estrutura das salas e da escola em geral e material didático.
- 14-Você acha a gestão da SEMEC em sua atual gestão contemplam as necessidades das escolas do campo sim () não ()
- 15-você acredita que pode melhorar como?
- 16-A merenda é suficiente para atender a demanda da escola?
- 17-A merenda tem um valor nutricional que sumpri as necessidades dos alunos?
- 18-Como si dar o planejamento escolar?
- 19-As reuniões de Pais e mestres acontecem frequentemente, ou somente quando há necessidades?

Questionário: dirigido a Coordenadora responsável pelo acompanhamento das escolas do campo

1-Qual sua função na secretaria de educação? Como você concebe a educação do campo?

2-Há quanto tempo atua nessa gestão? Qual sua formação?

3-Quantas escolas há nos assentamentos?

4-Quem faz a gestão das escolas do campo e como se dá esse processo?

5-Existe algum tipo de formação para qualificar as pessoas responsáveis pela administração das escolas do campo e das escolas dos PA's?

6-Quais as dificuldades que a SEMEC tem para gerenciar as escolas do campo? E dos PA's?

7-Quantos e quais são os recursos financeiros destinados a essas escolas dos PA's?

8-Essas escolas têm outros órgãos que ajudam na gestão?

9-Como é destinado esses recursos á essas escolas?

10-Como é feito o conselho dessa escola de área rural?

11-Como é feito a prestação de conta desses recursos?

12-A merenda que chega para os PAs é suficiente para atender a demandas das escolas e chega com regularidade?

13-Como é feito a distribuição de material didático dessas escolas dos PA's?

14-Essas escolas têm um acompanhamento pedagógico por parte de pessoas especializadas? Como é feito o acompanhamento? Quais são as dificuldades para a equipe pedagógica fazer esse acompanhamento?